

DINÂMICA DA VIOLÊNCIA E DO CRIME NA MACRORREGIÃO NORTE DO BRASIL: O EFEITO DAS FACÇÕES CRIMINAIS¹

Camila Caldeira Nunes Dias²

SINOPSE

Este texto visa contribuir com o diagnóstico da análise das dinâmicas de violência e criminalidade na macrorregião Norte do Brasil por meio da análise do papel das facções prisionais e criminais nesses fenômenos. A abordagem tem como ponto de partida o processo de faccionalização das dinâmicas prisionais e criminais brasileiras e utiliza documentos produzidos pelos grupos criminais, pela imprensa e pela literatura da área. Além das dimensões econômicas e das oportunidades de diversificação criminal encontradas na macrorregião Norte, especificamente as oportunidades conectadas aos crimes ambientais, a compreensão do cenário da violência e do crime implica uma abordagem que contemple a dimensão moral das disputas e conflitos envolvendo as facções criminais e as relações estabelecidas entre os grupos de caráter nacional e aqueles de abrangência local e regional.

Palavras-chave: macrorregião Norte; facções de base prisionais; criminalidade; violência.

1 O PROCESSO DE FACCIÓNALIZAÇÃO DA DINÂMICA CRIMINAL E PRISIONAL NO BRASIL

Pode-se afirmar que houve, nas últimas décadas, um processo de faccionalização do sistema prisional e das dinâmicas criminais no Brasil. Impulsionado pelas políticas de encarceramento adotadas em muitos estados brasileiros (Dias, 2013; Manso e Dias, 2017), constituem esse processo alguns fatores específicos, tais como os descritos a seguir.

1.1 Expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo para todas as demais regiões brasileiras, impulsionado por diferentes dinâmicas políticas e sociais

O primeiro movimento de expansão do PCC para fora do estado de São Paulo, ironicamente, foi efetivado pelas autoridades estaduais paulistas na segunda metade dos anos 1990.

A partir de meados dos anos 2000, percebe-se a intensificação de um movimento migratório de indivíduos vinculados a redes criminais da região Sudeste em direção às demais regiões do Brasil, associado aos crimes contra o patrimônio, especialmente aqueles relacionados a instituições financeiras e à fuga de indivíduos foragidos da justiça em seus estados de origem.

Finalmente, em 2010, pudemos localizar o primeiro documento que nos indica um processo de expansão do PCC previamente planejado, com objetivos, metas e atores claramente delineados, que chamamos de Projeto Paraguai (Manso e Dias, 2018).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36art4>

2. Pesquisadora associada do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); doutora em sociologia; professora da Universidade Federal do ABC (UFABC); coordenadora do grupo de pesquisa em violência, segurança e justiça (Seviju); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e pesquisadora colaboradora do núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). E-mail: camila.dias@ufabc.edu.br.

1.2 Expansão do Comando Vermelho (CV)

A expansão do CV seguiu uma dinâmica diferente da expansão do PCC, expressão da própria diferença organizacional que caracteriza cada um dos grupos. O CV sempre apresentou uma estrutura organizacional e hierárquica, limitada ao território específico onde se situa, sendo ausente uma estruturação passível de articulação e de organização para além desse território (Misse, 1999; Grillo, 2013). Agrupamentos autodenominados CV + sigla do estado (CVAM – Comando Vermelho do Amazonas, por exemplo) passaram a surgir nas várias regiões brasileiras, sinalizando a existência de conexões e lealdades com o grupo original, mas não necessariamente uma articulação organizacional, homogeneidade das normas disciplinares ou morais.

1.3 Aparecimento de numerosos grupos locais em vários estados brasileiros

A expansão do PCC e do CV disseminou um modelo de organização da população carcerária e de gestão dos mercados ilícitos a partir das conexões construídas nas prisões, que se mostrou exitoso do ponto de vista econômico e da perspectiva político-ideológica. Contudo, a chegada desses novos atores provocava efeitos nos mercados e dinâmicas locais em cada um dos estados, atingindo atores estabelecidos e dinâmicas já consolidadas nesses territórios. A resposta à chegada do PCC e do CV também se deu com a formação de grupos locais como uma maneira de evitar que esses mercados fossem dominados pelos grupos “estrangeiros” e para garantir a manutenção do controle desses mercados pelos mesmos atores.

A ruptura da relação de colaboração e convivência, dentro e fora do espaço prisional, entre o PCC e o CV é efeito estrutural direto do processo de faccionalização e é também elemento basilar da atual conformação nacional do crime no Brasil. Por isso, antes de passar para a análise do contexto próprio da macrorregião Norte, vamos abordar esse divisor de águas.

2 O MARCO DE 2016: A POLARIZAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO CRIMINAL-PRISIONAL NACIONAL

O ano de 2016 pode ser considerado um marco na configuração da dinâmica criminal brasileira. Vários acontecimentos precipitaram transformações em curso desde 2010 e reconfiguraram essa dinâmica e o papel das várias facções na conformação criminal-prisional do país. Entre os eventos que foram decisivos, destacamos a ruptura entre PCC e CV.

O efeito imediato dessa ruptura foi a guerra instalada a partir de um modelo binário de alianças e conflitos entre os grupos criminais brasileiros, que passaram a se alinhar a um polo ou outro dessa relação, com PCC de um lado e CV de outro. Formou-se um bloco que, em síntese, pode ser assim representado: CV/FDN/PGC³ *versus* PCC. Além dessas facções, outros inúmeros grupos menores, de expressão local ou regional, se alinharam a um dos dois lados, sendo também sugados pela força dessa polarização criminosa que assumiu caráter nacional.

A disputa entre esses grupos possui uma dimensão econômica, em termos da competição nos mercados ilegais, mas também apresenta componentes culturais e morais importantes. O modelo de expansão, assentado em distintas formas de organização interna e de relação com os demais grupos,

3. FDN – Família do Norte; e PGC – Primeiro Grupo Catarinense.

acabou levando ao aumento do tensionamento e à ruptura entre eles. A seguir, alguns salves⁴ do PCC e do CV que explicitam os tensionamentos ocorridos desde 2015 e que culminaram com o anúncio do rompimento em junho de 2016.

Salve 1 – PCC, junho de 2016

Salve geral para os irmãos dos estados

(...) Deixamos todos os nossos irmãos cientes de que, em virtude de estarmos *vivendo um momento conturbado em vários estados do país, com inimigos se aliando ao CV, se fortalecendo contra nós*, estamos em risco crescente em várias regiões.

Ocorre que sempre respeitamos todas as facções fora de São Paulo e não buscamos exclusividade (...). Porém, estamos sendo tratados dessa forma em várias regiões em que predomina o CV. *Nossa resposta será igual, onde tivermos predominância, qualquer lugar que for, o CV não batiza mais ninguém* (...).

Deixamos claro que *não fomos buscar esse confronto de interesses e que aplicamos a ideologia de que o crime fortalece o crime*. Não procuramos ser donos do crime no país, mas nosso nome tem que ser respeitado (...) Mais do que antes, estamos todos *empenhados para uma positiva expansão da nossa ideologia*. No país, tem espaço para todos ganharem sua moeda e desenvolverem suas atribuições. (...) Todos os irmãos devem estar cientes de um *possível rompimento de diálogo com o CV* (...).

Salve 2 – CV, mês desconhecido de 2016

Quadro Solução Brasil CVRL [Comando Vermelho Rogério Lemgruber] – Informativo

Após reunião (...) chegamos à decisão de informar em forma de resposta ao salve passado para nós pelos amigos do Resumo PCC (...) queremos deixar claro aos amigos que *não reconhecemos esse salve de outra facção porque somos CV e CV não recebe ordens de ninguém* (...).

Sabemos distinguir o certo do errado (...), *preservamos e vivemos pela paz, porém jamais fugiremos das guerras quando se fizer necessário*. Nós poderíamos de imediato diante desse salve breçar o trabalho dos amigos em alguns estados, mas em respeito ao PCC *jamais iremos cometer um erro diante de outro erro cometido* (...). Estamos espalhados em todos os estados do país *fortalecendo o crime dentro dos nossos critérios ideológicos* e não queremos breçar a evolução de ninguém mas também não aceitaremos parâmetros para nossa evolução (...).

4. Os salves e o Censo utilizados neste texto foram obtidos ao longo desses quase vinte anos de pesquisa sobre o tema, a partir de diversas fontes e diversos momentos diferentes. A fim de preservar as fontes, os circuitos de circulação da informação e os autores e atores associados a esses documentos, os erros ortográficos foram corrigidos (sem alteração de conteúdo) e trechos foram suprimidos (sinalizados com os parênteses e as reticências). O itálico foi inserido pela autora a fim de ressaltar informações relevantes.

Salve 3 – PCC, 25 de outubro de 2016

Comunicado geral

A sintonia do Primeiro Comando da Capital vem por meio deste passar com total transparência a toda a massa carcerária e todas as facções amigas o motivo que levou a tal ocorrido no estado de Roraima.

Há cerca de três anos *buscamos um diálogo com a liderança do CV nos estados, sempre visando à paz e à união do crime no Brasil* e o que recebemos em troca foi irmão nosso esfaqueado em Rondônia e nada ocorreu (...) Como se não bastasse, *se aliaram a inimigos nossos que agiram com tal covardia* como o PGC, que matou sua cunhada e sua prima por serem parentes de PCC (...) A mesma aliança se estendeu para a facção *Sindicato RN*, que, num gesto de querer mostrar força, matou uma senhora evangélica e tetraplégica e uma criança (...).

Acreditamos que o crime do país não é cego e *consegue enxergar com clareza* o que realmente é desrespeito com familiares e quem deu o pontapé inicial para essa guerra sangrenta que se iniciou. *Para nós do PCC sempre foi mais viável a paz*, mas como nunca tivemos esse retorno por parte dos integrantes do CV, que sempre agiram com ousadia, nos desrespeitando e desafiando, *acabamos chegando a esse embate* (...).

Os salves que anunciam a ruptura entre os dois grupos lançam mão de uma série de narrativas relacionadas aos acordos entre eles, especialmente aqueles que concernem às posturas de cada grupo, no âmbito do processo de expansão das respectivas facções e dos limites estabelecidos nessa competição por corações e mentes. A compreensão desse processo envolve a análise do que estava ocorrendo nas prisões de todo o país, onde as diferentes facções, ainda antes do conflito explícito, posicionavam-se em campos opostos, numa corrida por novos integrantes que pudesse promover o seu crescimento e, ao mesmo tempo, permitir o acesso a novos mercados, novas rotas e novas conexões nas mais diversas economias ilícitas, conforme as oportunidades apresentadas por uma configuração regional prévia. Esse processo atingiu de maneira contundente a macrorregião Norte.

3 MACRORREGIÃO NORTE: O EFEITO DISRUPTIVO DA FACCIÓNALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS PRISIONAIS E CRIMINAIS

O ponto de partida da análise proposta aqui se situa no quadro de faccionalização da dinâmica prisional e criminal em âmbito nacional e de ruptura das relações entre PCC e CV, que produziu impactos nacionais, com importantes variações regionais, estaduais e locais, conforme processos (históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos) que incidem sobre a conformação do fenômeno criminal.

O relatório *Ilegalidade e Violência na Amazônia* destaca duas atividades ilegais, relacionadas a crimes ambientais, que explicam o aumento da violência na região: a ocupação irregular de terras e a exploração ilegal de madeira e de ouro. O afrouxamento da capacidade de regulação estatal parece estar no cerne do aumento dessas atividades ilegais e da violência a elas associada (Soares, Pereira e Pucci, 2021). O relatório *Cartografias da Violência na Região Amazônica* (FBSP, 2022) também destaca a sobreposição de atividades ilícitas, imbricando as dinâmicas próprias da região, marcadas pela questão ambiental, aos mercados das drogas ilícitas, principalmente da cocaína (FBSP, 2022, p. 38).

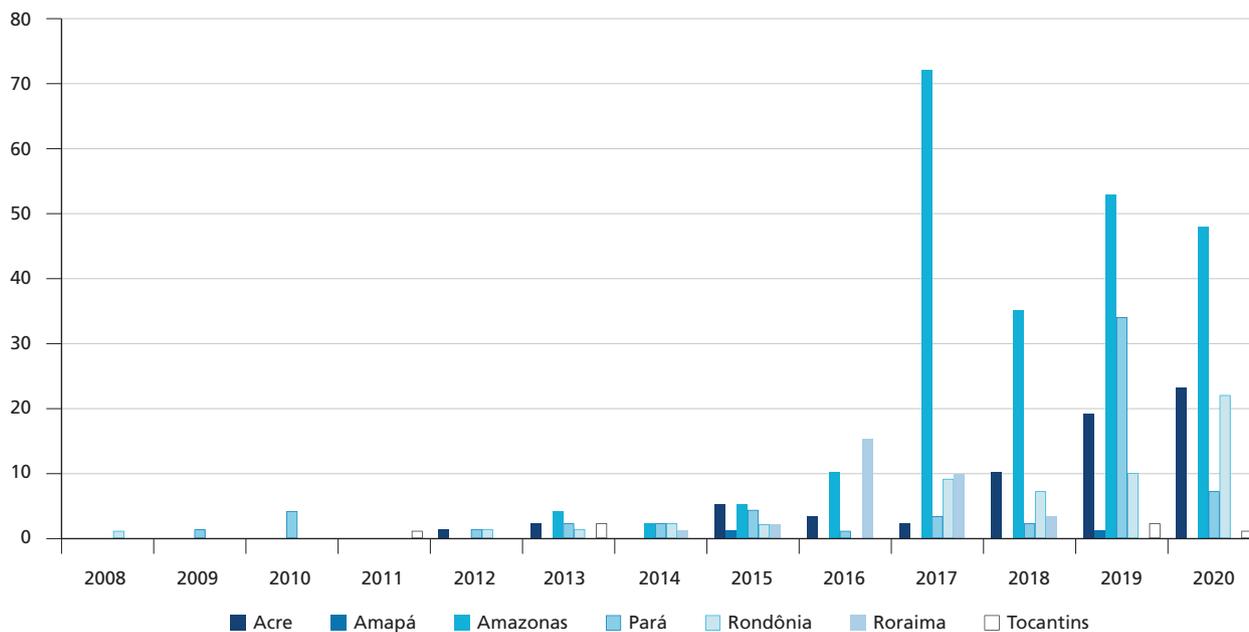
Além disso, ambas as pesquisas apontam o efeito das facções criminais no cenário de violência da região e corroboram análises que já vêm sendo realizadas a respeito da expansão dos grupos faccionados do Sudeste para outras regiões do Brasil, produzindo tensões, conflitos e violência e reconfigurando a dinâmica criminal e prisional do país (Dias, 2013; Manso e Dias, 2017; 2018; Paiva, 2018; Candotti, Cunha e Siqueira, 2017; Dias e Ribeiro, 2019; Siqueira e Paiva, 2019; Dias e Paiva, 2022.).

Apresentaremos na sequência uma análise das dinâmicas criminais na região Norte relacionadas ao processo de faccionalização do Brasil, utilizando material da imprensa e documentos internos aos grupos criminais. O levantamento de material da imprensa foi retirado de dois bancos de notícias⁵ sobre as diferentes facções criminais existentes no Brasil, no período 2008-2020, cujo filtro pela variável “região Norte” resultou num total de 447 registros. Adicionalmente, utilizamos registros produzidos internamente pelas facções – os salves – e um documento de acompanhamento e controle organizacional específico do PCC, que traz diversas informações sobre outros grupos atuantes em territórios específicos. Pelo seu caráter, denominamos esse levantamento de Censo.

A contagem das notícias da imprensa por ano e por estado nos permite delinear como o fenômeno da violência vai, paulatinamente, se articulando com as disputas entre as facções criminais, produzindo efeitos nos diferentes estados da macrorregião Norte.

GRÁFICO 1

Notícias das facções: macrorregião Norte, por ano e estado (2008-2020)



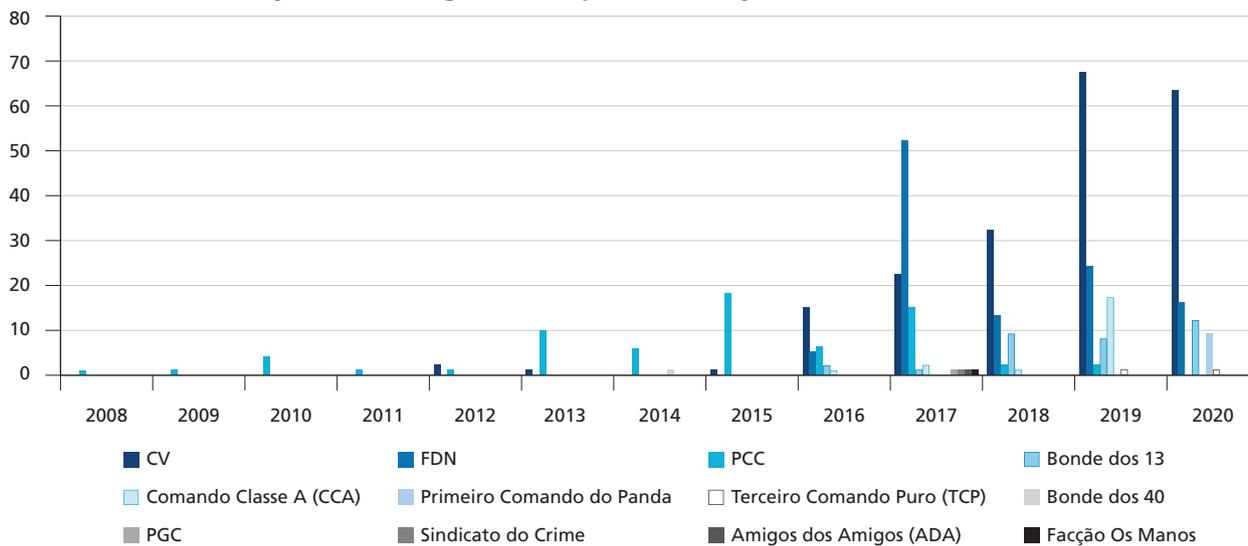
Fonte: Banco de dados da imprensa, 2008-2020.

Elaboração da autora.

Quando se considera o grupo criminal, segundo o ano de veiculação da notícia, a distribuição aparece conforme o gráfico 2.

5. Organizados pela autora e seus alunos.

GRÁFICO 2
Notícias das facções: macrorregião Norte, por ano e facção (2008-2020)



Fonte: Banco de dados da imprensa, 2008-2020.
Elaboração da autora.

A partir de 2016, se avolumam as notícias envolvendo facções como um todo. Especialmente, observa-se um grande aumento das notícias sobre o CV e a FDN. Vale lembrar que 2016 é o ano em que os tensionamentos relacionados à expansão do CV e do PCC acabam em ruptura entre esses dois grupos, com efeitos imediatos em Rondônia e Roraima, palcos das primeiras movimentações produzidas a partir dessa ruptura. O aumento das notícias pode estar ligado à própria expansão desses grupos e aos conflitos violentos agravados em 2017 (Manso e Dias, 2018; Dias e Paiva, 2022).

No primeiro dia desse ano, a capital do Amazonas foi palco de um dos mais sangrentos massacres da história das prisões brasileiras, com o assassinato de 56 presos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), num cenário que envolveu oposição entre a FDN e o PCC e as nebulosas relações entre agentes estatais, os agentes contratados pela empresa que administrava os presídios do estado e os presos da facção FDN.⁶

Ao contrário do Amazonas, em que a FDN e o CV são protagonistas no período analisado, no Acre, o PCC representou papel mais relevante nesse período, especialmente por ter se aliado a um grupo local, o Bonde dos 13. Pelo que indicam as notícias e documentos oficiais, a capital do estado vivenciou de forma dramática a disputa entre os dois grupos, em decorrência da presença de cada uma dessas facções em diferentes bairros e comunidades da cidade, a partir de 2017 (MPAC, 2022).

Enquanto o número de notícias referentes aos estados do Amapá e do Tocantins é baixo em todo o período, para Rondônia o material de imprensa é reduzido entre 2016 e 2019, mas apresenta um aumento relevante em 2020. Rondônia foi palco dos primeiros conflitos envolvendo a ruptura entre PCC e CV, em outubro de 2016, quando boa parte da imprensa ainda não percebia a dimensão que esse conflito assumiria. O estado de Rondônia tem ainda a peculiaridade de abrigar a única penitenciária federal da região Norte, localizada em Porto Velho.

6. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1934385-pms-e-agentes-vendiam-armas-para-facao-em-presidio-de-massacre-no-am.shtml>.

O estado de Roraima é relativamente pouco representado no compilado de notícias que apresentamos. Uma das razões é o recorte periódico, uma vez que a intensificação das notícias relacionadas ao envolvimento das facções nos garimpos na terra indígena Yanomami ainda não havia alcançado a visibilidade que viria a ter nos últimos dois anos. Vale lembrar que Roraima também foi um dos primeiros palcos onde a violência eclodiu como efeito da ruptura entre CV e PCC. Em outubro de 2016, uma rebelião na Penitenciária Monte Cristo (PAMC) deixou um rastro de quase uma dezena de mortos e prenunciava a matança que ocorreria depois. A partir dessa rebelião, a imprensa passa a noticiar a ruptura entre CV e PCC como causa da violência. Em 2017, seis dias após o massacre do Compaj, no Amazonas, o PCC efetivaria sua vingança na mesma PAMC, deixando o saldo de 31 mortos.

Não há menções significativas no noticiário envolvendo facções do Pará até 2019. Mas, naquele ano, o estado foi palco de um entre os mais sangrentos massacres prisionais da história brasileira, ocorrido em Altamira. Foram 57 presos assassinados, teoricamente vinculados ao CV/FDN, tendo por seus algozes o grupo CCA, aliado do PCC no estado. As notícias veiculadas no período apontam a presença do CV, tanto na capital do estado como nas regiões onde há atividades de garimpo, como Itaituba e Jacareacanga; e apontam também a proeminência do CV no estado, à exceção da região de Altamira, onde o CCA e o PCC tinham protagonismo.

Para dar continuidade a essa caracterização da macrorregião Norte, apresentamos um documento elaborado pelo PCC com periodicidade regular, cuja finalidade é produzir um diagnóstico interno ao grupo acerca do cenário criminal de cada estado, o qual denominamos aqui Censo.

Censo PCC – agosto de 2017⁷

(...)⁸

Estado Amazonas BR

Facção 1⁹

Inimiga FDN 6.000

PCC 194

Estado Roraima BR

Facção 2

Inimiga FDN 300 CV 250

Amiga não

PCC 1153

7. Com a finalidade de suprimir informações muito específicas, retiramos o dia registrado nos documentos, deixando apenas o mês e o ano para referência na análise.

8. O documento segue, a partir de cada região, elencando cada estado e os grupos presentes naquele local. A forma de apresentação e a forma de organização foram elementos reproduzidos exatamente como estavam no documento original. Os parênteses com os três pontos indicam a supressão de texto.

9. Aqui percebemos que, quando se indicava o número de facções de cada estado, não se considerava o próprio PCC.

Estado Amapá BR

Facção 6

Inimiga UCA [União Criminosa do Amapá] CV FDN 310

Amiga APS [Amigos Para Sempre] velhaguarda família do terror¹⁰ 400

PCC 259

(...)

Estado Pará BR

Facção 4

Inimiga CV FDN

Amiga PGN [Primeira Guerrilha do Norte] CCA OBS¹¹

PCC 389

(...)

Estado Acre BR

Facção 4

Inimiga CV FDN 350

Amiga Bonde dos 13 10.000 Ifara [Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana] 4000

PCC 896

(...)

Estado Rondônia BR

Facção 2

Inimiga CV FDN 930

Amiga não

PCC 751

Estado Tocantins BR

Facção 1

Inimiga CV 300

Amiga não

PCC 612

(...)

Nós do apoio dos Estados e gerais dos Estados estamos pedindo apoio para a solução pra nós combatermos as facções inimigas nossa e exterminá-los da face da Terra.¹²

10. Família Terror do Amapá. Não localizamos nenhum grupo com o termo “velhaguarda” no Amapá, de forma que entendemos que o termo se refere à própria Família Terror.

11. “OBS” Possivelmente se refere à ausência de quantitativo dos grupos apresentados na rubrica.

12. É importante considerar que, ao coletar essas informações, o PCC parte da sua própria lógica de filiação que envolve procedimentos regulamentados de batismo. Porém, os demais grupos de base prisional não são portadores de procedimentos de ingresso de novos membros homogêneos ou sistemáticos.

Em primeiro lugar, vale notar que, no Amazonas, não há menção ao CV, o qual era aliado da FDN, cujo amplo domínio no estado era bem conhecido. A ausência do CV no levantamento de 2017 indica que, da perspectiva do PCC naquele momento, e exclusivamente no estado do Amazonas, havia uma indissociabilidade entre FDN e CV.

A situação de Roraima é retratada pela presença de duas facções inimigas, FDN e CV, e nenhuma facção amiga, apenas o próprio PCC, que apresenta um contingente de integrantes muito maior do que os demais grupos, sinalizando o seu predomínio no estado. O predomínio do PCC em Roraima é coerente com análises que ocuparam o centro do debate público sobre a presença de integrantes do PCC em garimpos na terra indígena Yanomami (Hutukara e Wanasseduume Ye'kwana, 2022).

O Amapá e o Pará apresentam grande fragmentação de grupos e relativo equilíbrio entre os grupos amigos e inimigos do PCC, sendo que o Amapá tem ligeira vantagem do grupo paulista. Apesar da ausência de registro do número de integrantes dos grupos adversários do PCC no Pará, a análise de outros materiais indica predomínio do CV. A enorme extensão territorial do estado propicia dinâmicas intraestaduais diferentes em cada sub-região, associadas, inclusive, às diferentes divisas com outros estados. A situação de Rondônia chama atenção pelo equilíbrio numérico entre PCC e CV – equilíbrio polarizado, em que não há um ator predominante.

Acre e Tocantins apresentam predomínio do PCC, mas com dinâmicas diferentes. No Tocantins, não foram registrados grupos amigos, mas o número de integrantes do PCC identificados no levantamento supera o total dos membros dos grupos inimigos. Já no Acre, a força do PCC parece estar relacionada à aliança com os grupos locais – Bonde dos 13 e Ifara, que somariam 14 mil membros. Na 6ª edição do Anuário da Violência, elaborado pelo Ministério Público do Acre, são elencadas as facções atuantes em cada estado brasileiro e, no caso do estado do Acre, a publicação menciona exatamente as quatro facções que constam no Censo do PCC: PCC, CV, Bonde dos 13 e Ifara (MPAC, 2022, p. 189). A correspondência entre as informações deste relatório e aquelas apresentadas no Censo do PCC pode ser verificada em praticamente todos os estados.

A análise da atuação das facções criminais na macrorregião Norte do Brasil aponta para: i) grande instabilidade nas relações entre os diferentes grupos; ii) certa fragilidade da maioria dos grupos locais ou regionais; e iii) volatilidade das relações que estes estabelecem com os grupos nacionais.

No estado do Amazonas, o CV já se posicionava de forma extremamente favorável, pois tinha um aliado com forte pertença comunitária (a FDN), com sólidos laços dentro e fora das prisões do estado e que já se posicionava como inimigo do PCC, antes do rompimento. Nos anos mais recentes, todavia, assistimos à dissolução da FDN com o fortalecimento do CV e a formação de novos grupos, como o Cartel do Norte (CDN) e o Revolucionários do Amazonas (RDA).

Nos demais estados, encontramos cenários distintos e níveis diversos de estabilidade na conformação criminal: Rondônia, Amapá e Tocantins não apresentam cenários de hegemonia clara de nenhum dos dois grupos nacionais, tampouco grupos locais fortes. São estados onde há equilíbrio entre os diversos grupos criminais, com leve vantagem para um ou para o outro. No caso do Pará, embora haja hegemonia do CV na maior parte do território, a presença do PCC se fortaleceu a partir da aliança com o CCA, enquanto, no Acre, a vantagem do PCC está ligada à sua aliança com o Bonde dos 13. Em Roraima, a expansão e a consolidação do PCC se efetivaram por meio de

seu próprio avanço organizacional, encorpando a Sintonia de Roraima,¹³ ampliando o número de batizados, sobretudo dentro das prisões, e espalhando sua influência no estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva adotada neste texto pretende ser um complemento ao amplo diagnóstico que vem sendo realizado pelo Ipea no âmbito do projeto Dinâmicas da Violência nas Políticas de Segurança nas Regiões Brasileiras. O texto apresentado parte desses diagnósticos para aprofundar a compreensão do fenômeno da violência e do crime, colocando em foco apenas um tipo de ator criminal, as facções prisionais e criminais.

O processo de faccionalização da dinâmica prisional e criminal do Brasil, que se caracteriza por conectar a dinâmica da prisão com a dinâmica do crime extramuro, e vice-versa, tem capturado grande parte das atividades criminais e dos mercados ilícitos no país inteiro, reconfigurando práticas e relações entre atores criminais, redefinindo lógicas de alianças, lealdades, cooperação, competição, conflitos e os níveis intensidade, formas e aspectos simbólicos e materiais da violência.

Como temos afirmado (Manso e Dias, 2018; Dias e Paiva, 2022), em cada região o processo de faccionalização produz efeitos distintos, uma vez que a lógica desses atores interage de forma dinâmica com o contexto próprio em que se insere, com os demais atores e atividades e com seus respectivos cenários geográficos, culturais, políticos, sociais e econômicos, com suas dinâmicas próprias, que podem se caracterizar por maior ou menor conflitualidade.

Na macrorregião Norte, além de suas múltiplas particularidades, a existência de diversos pontos estratégicos para os fluxos dos mercados ilícitos confere grande vantagem e centralidade aos grupos locais e regionais, que controlam áreas em seus territórios de origem. Por outro lado, a parceria com os grupos criminais de maior envergadura financeira e organizacional, em geral, é estratégica para os atores locais, em razão das conexões com fornecedores atacadistas, da disponibilidade de recursos financeiros e logísticos e do acesso a novos mercados. A relação com o território de origem é muito clara, por exemplo, para a FDN (no estado do Amazonas, especialmente, em Manaus), e para os Crias da Tríplice Fronteira (em Tabatinga). A relação de PCC e CV com os grupos locais é central para a tentativa de enraizamento social e cultural dos atores vinculados a esses grupos, que são considerados “estrangeiros”. Especialmente no caso do PCC, sua chegada é interpretada a partir de uma perspectiva regionalista, que situa seu avanço à histórica posição “imperialista” do estado de São Paulo na sua relação com os demais estados.

A intensificação da violência na macrorregião Norte pode estar relacionada, entre outros fatores, ao processo de faccionalização das dinâmicas criminais e aos conflitos e práticas de violência que são próprias do universo desses grupos, cuja lógica se associou aos problemas típicos da região, caracterizados pela centralidade da questão ambiental. A interação desses fatores prévios com a chegada de grupos organizados e armados, orientados por uma lógica de lealdade e pertencimento e vinculados inexoravelmente à prisão, reconfigurou o cenário regional, impulsionando a diversificação criminal propiciada pelo contexto ambiental amazônico e pela multiplicidade de atores – inclusive atores estatais e políticos – presentes nos mais diversos mercados ilícitos. Isso propiciou novas conexões e também novos conflitos, produzindo a eclosão de uma violência que, se nunca foi desconhecida na região, alcançou novos patamares.

13. Sintonia de Roraima diz respeito à estrutura do PCC neste estado e ao seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. de. **Cocaína: a rota caipira**. São Paulo: Record, 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **Operação La Muralla**. [s.l.]: [s.n.], 2016. (Relatório final).
- CANDOTTI, F. M.; CUNHA, F. M. da; SIQUEIRA, Í. L. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. *In*: MALLART, F.; GODOI, R. (Org.). **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. [s.l.]: Veneta, 2017.
- DIAS, C. D.; PAIVA, L. F. S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social**, v. 34, n. 2, p. 217-238, 2022.
- DIAS, C. N. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DIAS, C. N.; RIBEIRO, N. C. T. O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 98-124, 2019.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na região amazônica**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica/. Acesso em: 25 jan. 2023.
- FERREIRA, M. A. S.; FRAGMENTO, R. de S. Degradação da paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 91-114, nov. 2019.
- GRILLO, C. C. **Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque: garimpo ilegal nas terras indígenas Yanomami e as propostas para combatê-lo**. [s.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, 2017.
- _____. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.
- MELO, F. Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 201-242, 2018.
- MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência (2012-2021)**. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022.

NETTO, R. M. R.; CHAGAS, C. A. N. Além das grades: um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 149-174, set./dez. 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n73p149>.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, 2018.

SANTOS, A. P. M. dos. **Família do Norte**: um estudo de caso acerca de uma organização criminosa tipicamente amazônica. Dissertação (Mestrado) – Programa de Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&cid_trabalho=4497713. Acesso em: 15 mar. 2023.

SIQUEIRA, Í. B. L.; PAIVA, L. F. S. “No Norte, tem comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 125-154, 2019.

SOARES, R. R.; PEREIRA, L.; PUCCI, R. **Ilegalidade e violência na Amazônia**. [s.l.]: Centro de Empreendedorismo da Amazônia, dez. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Soares-Pereira-Pucci-Relato%CC%81rio-AMZ-2030-26.pdf>.